



O CORDEL COMO INSTRUMENTO DE ALFABETIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR NOS MOVIMENTOS CAMPONESES BRASILEIROS

Paulo Gracino da Silva

Programa de Pós-Graduação em História – UFPB – Bolsista da Capes. E-mail: pgracino@gmail.com

Resumo: A proposta principal deste artigo é mostrar a importância do cordel no processo de alfabetização popular dentro dos movimentos camponeses do Nordeste brasileiro, entre os anos de 1950 e 2000. Para tanto nos apropriamos dos estudos de Paulo Freire (1970) para a compreensão da prática educativa voltada a alfabetização e conscientização das massas, onde são reivindicadas as propostas de aproximação dos conteúdos com os educandos para o melhor desempenho da prática do ensino aprendizagem; de Curran (1998) para apreendermos acerca da literatura de cordel enquanto instrumento de informação popular, levando em consideração que os poetas populares nordestinos retratam o cotidiano da sociedade brasileira, de acordo com o pesquisador norte americano; de Marinho e Pinheiro (2012) com relação ao uso do cordel no cotidiano escolar, apresentando sugestões e métodos de ensino por meio da poesia cordelística; de Peregrino (1984) e Luciano (2012), com relação à trajetória da literatura de cordel em solos brasileiro; e de Bello (2001) para a contextualização histórica do processo de educação no Brasil, mostrando como a educação do país passou por transformações e rupturas desde a colonização até o final do século XX. Para tanto, temos como fundamentação teórica os ensinamentos de Chartier (2003), no que diz respeito ao uso da cultura popular como fonte histórica, ou de como os sujeitos se apropriam da cultura, dando-lhe novos significados. Desta forma, conclui-se que cada momento histórico requer particularidades que ocasionam em novas práticas educativas, sendo a literatura de cordel requisitada pelos movimentos camponeses, na segunda metade do século XX, como instrumento de alfabetização e conscientização popular.

Palavras-chave: Educação Popular, Literatura de Cordel, Movimentos Camponeses.

Introdução

Quando paramos para analisar o processo educacional do Brasil, de uma forma ampla, cronológica e linear, vemos uma história que se destaca mais pelas rupturas acontecidas do que por uma uniformidade de ensino empreendida. Para melhor compreender tais características é necessário buscar entender o contexto histórico de cada transformação, ou, melhor dizendo, é essencial a compreensão das necessidades do país dentro de cada período destacados, pois são os interesses nacionais que determinam a forma de ensino “essencial” aos brasileiros.

Em meio a esta trajetória de mudanças e transformações surgiu, por volta do final do século XIX, a literatura de cordel brasileira, que, segundo alguns estudiosos, foi bastante útil ao processo educacional do país, seja de forma oficial ou de forma não oficial¹.

¹ Na década de 1950, o sociólogo Renato Carneiro Campos (1959) desenvolvia estudos sobre a literatura de cordel, destacando a sua importância para a alfabetização das classes mais afastadas dos grandes centros (83) 3322-3222 contato@coprecis.com.br



É com base nestas informações que buscamos mostrar como o cordel foi incorporado ao processo de ensino nos movimentos camponeses do Nordeste brasileiro, na segunda metade do século XX; levando em consideração os interesses do país, os da população brasileira e em especial os da região Nordeste, bem como as práticas de ensino aprendizagem empreendidas por Paulo Freire. Ou seja, mais uma vez será o contexto histórico quem irá nos ajudar a compreender esta fase específica da conjuntura do país e a necessidade de se incorporar o cordel como instrumento de conscientização popular.

Primeiramente iremos mostrar de uma forma bem sucinta os passos do processo de ensino aprendizagem do Brasil, tomando como referência os estudos de Bello (2001), que trata exatamente desta trajetória desde a colonização até o final do século XX.

Em seguida, mostraremos como se deu o surgimento e a consolidação do cordel brasileiro, sobretudo em relação ao seu valor enquanto instrumento de informação popular, tomando como referência principal os estudos de Mark Curran (1998); sem nos afastarmos dos ensinamentos de Ana Cristina Marinho e Hélder Pinheiro (2012), no que diz respeito ao uso do *cordel no cotidiano escolar*.

Por fim, abordaremos algumas práticas/experiências desenvolvidas dentro dos movimentos camponeses que visavam alfabetizar e conscientizar os indivíduos do campo diante das explorações e injustiças sofridas naquele contexto, em especial no interior nordestino, região que exploraremos com mais ênfase neste texto.

Desta forma, entendemos ser possível mostrar como o cordel foi requisitado para a alfabetização e conscientização popular, duramente os movimentos camponeses na segunda metade do século XX, pelo Nordeste do Brasil. Ou seja, mostraremos como o contexto histórico mais uma vez exigiu práticas e atitudes condizentes com as necessidades do país e da população em geral, levando consigo a literatura de cordel, instrumento que, desde a sua origem em terras brasileira, jamais se afastou dos nordestinos e muito menos do homem do campo.

Educação, contexto e rupturas no ensino brasileiro.

Como já adiantamos, iremos fazer uma breve explanação acerca da trajetória do ensino do país, tomando como base os estudos de Bello (2001), quando divide esta história em períodos que marcaram a forma de ensinar, e alerta para o fato de que somente diante do



contexto histórico e das necessidades do país é que se podem compreender melhor as transformações.

Pois bem, de acordo com Bello (2001), a primeira mudança na educação brasileira ocorreu em 1549, quando os Jesuítas chegaram ao Brasil e edificaram a primeira escola elementar brasileira em Salvador. Naquela ocasião, o Irmão Vicente Rodrigues tornou-se o primeiro professor e por mais de 50 anos propagou a fé religiosa. Como hoje sabemos, os objetivos dos Jesuítas eram converter os índios à fé católica, mas seria impossível sem que eles soubessem ler e escrever. Desta forma, seria necessário primeiramente alfabetizá-los e, para tanto, trouxeram os métodos pedagógicos e implantaram as escolas, prevalecendo durante cerca de 210 anos, até a segunda ruptura introduzida pelo Marquês de Pombal.

A ruptura pombalina incluiu a expulsão dos Jesuítas do país e com eles foi embora a forma de ensino aplicada por mais de duzentos anos. Pombal introduziu um ensino com interesses voltados aos problemas enfrentados pela coroa portuguesa. Criou as aulas régias que se desenvolviam de formas autônomas e desencontradas, estagnadas, sendo necessária a criação de “subsídio literário para a manutenção dos ensinos primário e médio” (BELLO, 2001, p. 4). O resultado foi a eliminação do ensino jesuítico e o fracasso no ensino pombalino, que se estendeu até a chegada da coroa à colônia.

Evidente que as necessidades naquele momento eram outras e o contexto exigia um ensino direcionado ao *status* adquirido pela colônia (1808–1821), ou seja, fomentava-se um ensino destinado à estadia de D. João VI no Brasil. Criou-se “Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e [...] a Imprensa Régia” (BELLO, 2001, p. 4). Apesar destas instituições, no geral, a educação continuou em segundo plano.

Para o período Imperial (1822–1888), Bello (2001) aponta mais uma ruptura, destacando a introdução do ensino primário gratuito para todos os cidadãos. Logo após a primeira Constituição Brasileira em 1824, já em 1826, foram instituídos por decretos: a Pedagogia, os Liceus, os Ginásios e as Academias. E em 1827, além da criação de Pedagogia em todas as cidade e vilas, teve-se a criação de escolas femininas. No ano de 1834 o ensino primário e o secundário ficaram sob a administração das províncias; e em 1835 surgiu a primeira Escola Normal do país. Foram muitas as tentativas, mas poucos foram os resultados conseguidos até à Proclamação da República em 1889, de acordo com o professor/educador José Luiz de Paiva Bello.

Junto com a instalação do sistema republicano brasileiro também foi instalado o ensino para o modelo americano, baseado no sistema



presidencialista, com vestígios da filosofia positivista. Houve muitas retiradas e introduções com as reformas desse período. Vale salientar que enquanto algumas reformas buscavam a formação de alunos para os cursos superiores, outras buscavam a formação do cidadão. Para Bello, a principal característica desse período são as pequenas rupturas em meio às grandes transformações da época. Ressaltando-se que foi neste contexto (1889–1929) que o cordel brasileiro deu seus primeiros passos e consolidou a sua permanência no cenário brasileiro, como veremos mais adiante.

A “revolução” de 1930 (e se estendendo até 1936) marca novos interesses que acabam desembocando no processo de ensino nacional. São reformas educacionais necessárias ao sistema capitalista que se impunha naquela ocasião. Criou-se o Ministério da Educação em 1930, mas somente com a Constituição brasileira de 1934 é que a educação passou a ser “direito de todos” (BELO, 2001, p. 7). Naquele mesmo ano foi implantada a primeira Universidade brasileira - Universidade de São Paulo - podendo ser considerado como um período revolucionário, levando-se em conta que as condições momentâneas assim exigiam (BELLO, 2001).

Entre 1937 e 1945 criou-se o modelo de ensino pré-vocacional e profissional, propondo que a arte, a ciência e o ensino sejam livres, mas que o Estado continuasse com a obrigatoriedade de ensino primário gratuito. Nesse período é notável o ensino voltado ao mercado de trabalho, sendo criado em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Entre 1946 e 1963 pode ser entendido como outro período marcado por mais uma ruptura educacional no país. Esta acontece com a intenção de um ensino de cunho liberal e democrático, na qual, além da obrigatoriedade do ensino primário, a União passa a direcionar as bases da educação nacional. Em 1946 cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC - atendendo às mudanças requisitadas na “revolução” de 1930. No mais, de 1946 a 1963 pode ser entendida como uma época de bastantes iniciativas na história da educação brasileira, de acordo com Bello (2001). Sem esquecer que neste período o educador Paulo Freire já buscava novos modelos de ensino aprendizagem (FREIRE, 1967), como estaremos discutindo mais adiante. E mais, este foi o período em que se desenvolveram os movimentos camponeses em busca de melhorias trabalhistas e de vida pelo Nordeste do país, com o cordel sendo requisitado para a alfabetização daqueles trabalhadores.

O ensino entre 1964 e 1985 foi marcado pela opressão e falta de expressão. Teve um caráter antidemocrático, sendo calado pela ditadura



militar. Mas foi neste contexto que se expandiram as universidades e “foi criado o vestibular classificatório” (BELLO, 2001, p. 10). Criou-se, também, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com a intenção de erradicar o analfabetismo no país, mas não foi possível o sucesso, por causa de denúncias de corrupção que culminou com a extinção do projeto. Foi no período menos livre da nossa educação, 1971, que se criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com cunho profissionalizante. E foi também neste período que o cordel brasileiro foi introduzido nas universidades, conquistando um novo espaço no momento em que parecia perder forças nas feiras e recantos populares nordestinos (CURRAN, 1998, p. 24).

Por fim, acontece a ruptura com a qual o sentido pedagógico assume o caráter político (1986–2000), de acordo com Bello (2001), envolvendo a participação dos pensadores de todas outras áreas do conhecimento. E com a nova Constituição de 1988, criou-se uma nova LDB buscando novos horizontes para o sistema educacional brasileiro, sendo neste contexto que percebemos a existência de diversos projetos que visam melhorar a área educacional do país.

Enfim, analisando toda a história da educação oficial no Brasil é possível perceber muitas mudanças e transformações, sempre impostas por um determinado contexto histórico, buscando atender às necessidades de uma nação, mas que muitas vezes acabam excluindo os seus principais elementos, os brasileiros. Mas o cordel como veremos a seguir, sempre esteve a serviço da educação popular, caminhando paralelo ao sistema de ensino oficial do Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais.

O cordel na história da educação do Brasil.

Quem conhece minimamente o cordel brasileiro sabe que o seu surgimento nessas terras se deu por volta do final do século XIX, tendo Leandro Gomes de Barros como o grande nome da criação deste gênero literário, de acordo com alguns pesquisadores da área (LUCIANO, 2012). Aliás, não apenas Leandro, mas outros três nomes também são responsáveis pela criação e consolidação do cordel no cenário nacional, sendo eles: Silvino Pirauá, o criador do romance em versos; Francisco das Chagas Batista, grande poeta e editor; e João Martins de Atayde, quem além de poeta foi o maior editor de folhetos da primeira geração do cordel brasileiro (CURRAN, 1998).

Neste sentido, vale lembrar que foi Curran (1998) quem fez uma análise do cordel brasileiro desde o seu surgimento até a última década do século XX, destacando a sua importância para a construção do conhecimento no sentido de visão de mundo, alfabetizando e conscientizando as classes menos favorecidas



educacionalmente. Para tanto, o pesquisador norte americano afirma que os poetas populares não se limitam tematicamente, abordando “desastres naturais, crimes, conflito político local e nacional, cangaço, fanatismo religioso, crises econômicas e embates ideológicos, muitas vezes com repercussões sociais, religiosas e políticas” (CURRAN, 1998, p. 28). Inferindo-se, com isso, que o poeta cordelista vem abordando as mais diversas expressões socioculturais do país há mais de cem anos.

Já em relação à realidade social, como podemos observar tanto na obra de Curran (1998) quanto nas de outros especialistas da área, a crítica social é uma linha poética que se estende desde Leandro Gomes de Barros (1865-1918), Francisco das Chagas Batista (1882-1930), João Melquíades Ferreira da Silva (1869-1933) e João Martins de Atayde (1880-1959); passando por Cuíca de Santo Amaro (1907-1964), José Soares (1914-1981), Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1986), José João dos Santos (Azulão) (1932-1917); e adentrando ao universo dos poetas do século XXI.

Em suma, para Curran (1998, p. 34 – grifos do autor) “o cordel se revela como a ‘história não-oficial’ (sic) do século XX, narrada pelos poetas do Nordeste” e apesar das lamentações acerca da diminuição da produção cordelística, na década de 1980, continua a sobreviver cumprindo “as funções de informar, ensinar e principalmente divertir o público” (CURRAN, 1998, p. 19). Estes, portanto, seriam os requisitos idealizados para fomentar a alfabetização e a conscientização popular dos trabalhadores do campo.

Assim sendo, vê-se que atualmente é grande a indicação do cordel como recurso pedagógico. Nesta direção, uma obra que merece destaque é *O cordel no cotidiano escolar* (MARINHO e PINHEIRO, 2012), que apresenta dicas e sugestões para o uso desta literatura no ensino básico, principalmente na formação do leitor, ou do sujeito consciente de si e do mundo. Nela os seus autores destacam que “os que aprenderam a ler com os folhetos, foram primeiro tocados pela fantasia das narrativas, pelo humor de situações descritas, enfim, pelo viés da gratuidade e não pelo pragmatismo de suas informações” (MARINHO e PINHEIRO, 2012, p. 12). Isto só vem corroborar aquela ideia levantada por Curran (1998) de que o cordel além de informar, ensina divertindo.

Vemos com Marinho e Pinheiro (2012) a necessidade de se implantar o cordel no cotidiano escolar, explorando-se este poder atrativo imposto por meio das aventuras ficcionais, “de proezas, de pelejas, de notícias cheias de invenções, de brincadeiras, da folia da bicharada, dos ABCs, de abordagens bem-humoradas de diferentes temas e situações” (*Idem*), mas sem esquecer que este modelo literário



vai muito além da simples diversão. Aliás, assim como defende Curran (que o cordel venha a ser a versão não oficial da história do Brasil, informando e divertindo), Marinho e Pinheiro (2012) também entendem que:

A literatura de cordel, ao longo da sua história, tem sido instrumento de lazer, de informação, de reivindicações de cunho social, realizadas, muitas vezes, sem uma intencionalidade clara. Podemos apontar no cordel uma acentuação do caráter de denúncia de injustiças sociais que há séculos estão presentes em nossa sociedade. Seriam muitos os exemplos desta faceta da literatura de cordel (MARINHO e PINHEIRO, 2012, p. 88).

Isto significa dizer que o cordel ao longo da sua trajetória brasileira esteve muito próximo da realidade nordestina, narrando as suas fantasias, os seus problemas, a sua cultura, o seu cotidiano, o seu povo, enfim, a sua história. Ora, então o cordel é aquele instrumento que transmite o conhecimento idealizado por Paulo Freire, que forma o sujeito consciente, o sujeito conhecedor de si e do mundo (ou do outro), proporcionando diversão ao mesmo instante que informa e ensina.

Em consonância com esta perspectiva estão também os ideais de Francisco Julião, um dos criadores das ligas camponesas e grande incentivador do uso do cordel e de outros instrumentos culturais para a alfabetização e conscientização dos camponeses, nos movimentos de resistência ocorridos no Nordeste brasileiro, durante a segunda metade do século XX.

Cordel, educação e movimentos camponeses.

Para começar esta discussão sobre a importância do uso do cordel para a alfabetização e conscientização dos camponeses acerca dos seus direitos trabalhistas, bem como para a luta por estes direitos, queremos inicialmente apresentar o cenário em que estes fatos aconteceram.

Quero lembrar neste momento de um cordel criado por volta do final da década de 1940, pelo poeta Manoel Camilo dos Santos, chamado *Viagem a São Saruê*. Esta obra remete àquilo que Marinho e Pinheiro (2012), Curran (1998) e tantos outros defendem como ensinamento por meio da fantasia, como diversão. Aliás, a obra do paraibano Manoel Camilo é uma verdadeira viagem utópica, indo além da fantasia, diluindo-se completamente no cenário ficcional. Mas o contexto histórico e a realidade vivenciada pelo poeta parecem denunciar um fundo de verdade, pois quem nesta vida imaginária visitar um mundo onde “tudo tem felicidade”, ou mesmo um lugar onde “não há fome e nem doença” (SANTOS, s/d, p.2), com fartura de alimentos e de todas as



necessidades básicas do ser humano, se não estivesse inserido numa sociedade cheia de injustiça e desigualdade? Ou seja, parece que o poeta Manoel Camilo estaria denunciando aquilo que os fundadores das ligas camponesas percebiam no cotidiano dos trabalhadores rurais².

Inclusive, Francisco Julião Arruda de Paula, um dos maiores nomes das ligas camponesas espalhadas pelo Brasil, em meados do século XX, em entrevista à equipe da Fundação Getúlio Vargas, nos faz refletir sobre uma possível identificação destas dificuldades denunciadas por Manoel Camilo e por outros poetas populares, quando afirma que:

No ano de 46, que se seguiu à redemocratização do Brasil, escrevi a primeira carta, chamada *Carta aos foreiros de Pernambuco*. Lamentavelmente, não tenho cópia desse documento, o primeiro que escrevi. Foi muito interessante. A carta era muito ampla e muito simples, não propunha coisas complicadas. Era um despertar. E, para distribuir essa carta, utilizei um primo (grifos do autor JULIÃO, 1982, p. 11).

Desta forma, vê-se que enquanto Manoel Camilo buscava um mundo melhor através da liberdade poética, Julião dava os primeiros passos para a construção de um mundo melhor sem ter que fugir do seu torrão (da sua realidade). E com isto se infere que ambos denunciavam a realidade social do seu tempo se utilizando das ferramentas que estavam às suas respectivas disposições. Ou seja, esta prática exercida por Julião, ainda na década de 1940, parece corroborar a ideia de que o poeta Manoel Camilo conhecia a realidade camponesa nordestina de então, criando uma expectativa de vida diferente daquela realidade³. Melhor dizendo, o poeta popular estava propagando o seu conhecimento de mundo por meio da fantasia.

E é neste contexto que o cordel acaba sendo um aliado tanto dos líderes quanto dos próprios camponeses envolvidos nas questões agrárias do país.

Por outro lado (mas sem fugir do assunto) o educador Paulo Freire, naquele contexto, estava engajado na luta pela alfabetização popular, desenvolvendo estudos que visavam “a urgência da alfabetização e da conscientização das massas neste País em que os analfabetos constituem a metade da população e são a maioria dos pauperizados por um sistema social marcado pela desigualdade e pela opressão” (FREIRE, 1967, p.3). Ou seja, a situação dos

² “Entre os anos de 1955 e 1964, o Nordeste brasileiro, especialmente o estado de Pernambuco, tornou-se uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, principalmente devido ao surgimento das Ligas Camponesas, que se originaram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, um município situado no limite entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano” (SILVA, 2014, p. 1).

³ Manoel Camilo dos Santos, autor da Viagem a São Saruê nasceu no ano de 1905, no Agreste da Paraíba, e foi “criado na agricultura, aos (sic) completar 18 anos passou a se dedicar ao comércio ambulante. Na década de 30, foi morar na capital paraibana, João Pessoa, onde trabalhou como marceneiro, sendo também cantador. Mas, na década de 40 abandona a cantoria, passando a dedicar-se a escrever e editar folhetos, iniciando a sua vida de poeta nesse período retornando à sua cidade natal (ALBUQUERQUE et al., 2016, p. 381).



menos favorecidos parecia ser uma constante entre os que se preocupavam com a realidade social daquele período histórico; e o cordel brasileiro, neste aspecto, tem uma forte ligação com o cotidiano desses sujeitos inferiorizados da história.

Nesse complexo de crises e conflitos sociais surgem os folhetos menos ficcionais, mais concretos, mais realistas, podemos dizer assim. Antes do “golpe de 1964” surgem muitos cordéis denunciando a triste realidade do país, mas que durante o governo militar acabam sendo suprimidos (pelo menos mais explícitos).

Por exemplo, o poeta José Soares, autodenominado de “Poeta Repórter”, escreveu em 1964 o folheto: *Direitos do Camponez – A base da Reforma Agrária*, levando à população camponesa as informações necessárias para a luta pelos direitos trabalhistas. Aliás, nem precisa se aprofundar na leitura do folheto para compreender o propósito da obra, pois logo na primeira estrofe fica claramente exposto o assunto explorado.

Camponeses do Brasil
Leiam esse livro uma vez
Se não encontrar direitos
Leiam duas ou leiam trez (sic)
Que nele vocês encontram
Direitos do camponez (sic) (SOARES, 1964, p. 1).

Na verdade, o folheto do *poeta repórter* é uma interpretação do programa de reforma agrária implantado pelo presidente João Goulart, levando informações aos camponeses sobre os seus direitos; seria uma visão popular sobre o assunto e que percorreria os movimentos camponeses e as feiras livre do Nordeste, como também das demais regiões brasileiras⁴.

Muitos poetas, como Apolônio Alves dos Santos, José João dos Santos (Azulão), Rodolfo Coelho Cavalcante, Raimundo Santa Helena, Cuíca de Santos Amaro e tantos outros (cada qual ao seu modo) abordaram as questões sociais daquele momento. E, de acordo com Curran (1998, p.168-9), tanto a esquerda quanto a direita se apropriaram dos escritos dos poetas cordelistas, fazendo uso dos seus textos para conscientizarem os seus favorecidos. Isto é, ambos os lados se apropriaram das obras dos outros para justificar os seus interesses, ou os seus objetivos, mostrando o “não dito” a partir das suas respectivas intersubjetividades⁵.

Neste contexto, até mesmo escritores eruditos, como Ferreira Gullar (1930 – 2016), por exemplo, mergulharam no universo do cordel para poderem colaborar com o processo de

⁴ Umberto Peregrino (1984) mostra que neste período o cordel já se encontrava espalhado pelas demais regiões brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Amazonas, Pará.

⁵ Chartier (2003) defende que devemos buscar compreender como as pessoas se apropriam dos textos, ou então, quais as influências dos textos sobre a sociedade, que neste caso se tratam das histórias populares que circulam entre a oralidade e a escrita (popular ou erudita) pelos recantos nordestinos.



conscientização das massas. Ferreira Gullar (escritor atuante no período da ditadura militar brasileira, perseguido e exilado na Argentina) no ano de 2009 publicou em livro os quatro cordéis escritos no começo da década de 1960, quando era integrante do Centro Popular de Cultura (CPC), da União Brasileira dos Estudantes (UNE) (GULLAR, 2009, p. 7). Nesta obra ele afirma:

[...] escrevi o primeiro desta série de poemas de cordel, **João Boa-Morte, cabra marcado para morrer**, que deveria servir de narrativa para uma peça [...]. A peça não foi escrita mas o poema foi editado, como folheto de feira, com capa desenhada pelo gravador Darel Valença. O segundo, **Quem matou Aparecida?**, o escrevi a partir de um roteiro que me foi entregue, com a história que é narrada no cordel. Logo, depois, por solicitação do Partido Comunista, escrevi **História de um valente**, que conta a prisão de Gregório Bezerra pelos militares, logo após o golpe de 1964. Por medida de precaução, já que a repressão se intensificava a cada dia, assinei o poema com o pseudônimo de José Salgueiro, levando muita gente a acreditar que se tratava de um poeta nordestino de feira, que o havia escrito. Antes escrevera **Peleja de Zé Molesta com Tio Sam**, que só foi publicado muito depois, na primeira edição de **Toda poesia**, em 1980 (grifos do autor GULLAR, 2009, p. 8).

Percebam que o cenário estava propício ao uso do cordel como instrumento de conscientização popular das massas camponesas. Aliás, Gullar afirma que escreveu os poemas “muito mais com o propósito de contribuir para a luta política do que para fazer poesia” (2009, p. 9).

Em suma, enquanto a classe trabalhadora estava sendo sufocada pela crise sociopolítica do país; enquanto Paulo Freire buscava novos métodos de ensino aprendizagem, tendo como ideia base a *Educação como prática da liberdade*, procurando meios que aproximassem os educandos dos conteúdos; enquanto os poetas populares enfrentavam uma crise particular “com os avanços científicos, especialmente nos meios de comunicação [...] com a chegada do rádio de pilha e o tremendo avanço da televisão” (CURRAN, 1998), e vendo nestes acontecimentos um meio de sobreviver economicamente, produzindo e vendendo os seus folhetos; enfim, enquanto o cenário se apresentava em clima de divergências e exigia medidas de acordo com as circunstâncias, os líderes dos movimentos populares enxergavam no cordel, uma forma de ensinar, conscientizar e ao mesmo tempo divertir os camponeses nordestinos.

Convergindo com as ideias de Paulo Freire e se aproveitando das condições criadas pelo contexto histórico, Francisco Julião, procurando alfabetizar os camponeses, justifica as suas práticas:

A população era constituída, em sua quase-totalidade, (sic) de analfabetos. Mais de 70% da população era de camponeses e, desses 70%, quase 90% era de analfabetos. Eu sabia que era uma região de grande concentração e que era preciso trabalhar nesse sentido – trabalho duro, difícil, em que tinha que empregar essas

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



coisas todas. E eu utilizava o *código civil*, a Bíblia e a literatura de cordel, os cantadores. Toda essa coisa eu fui descobrindo que era interessante para motivar os camponeses. A própria linguagem que eu usava era uma linguagem muito acessível, porque vinha dos camponeses, e eu a traduzia em documentos (grifos do autor JULIÃO, 1982, p. 62).

Percebamos que as condições favoreciam ao cordel. Ou melhor, favoreciam ao poeta popular, de uma forma mais ampla, pois como vemos no depoimento de Julião, os cantadores também colaboravam com o processo de alfabetização/conscientização dos camponeses.

Neste aspecto, veremos que durante o governo militar as ligas camponesas perdem forças e retornam mais tarde através dos movimentos sindicais – perto do fim da década de 1970 e início de 1980. Inclusive, nos movimentos sindicais de Alagoa Grande, no brejo paraibano, a repentista Maria da Soledade foi figura muito importante para a conscientização dos trabalhadores rurais, utilizando os seus versos tanto para divertir quanto para alertar os camponeses acerca dos seus direitos usurpados pelos latifundiários (ROSA, 2015).

Pois bem, foi neste cenário conflituoso que o cordel foi requisitado como instrumento de alfabetização e conscientização dos trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil, principalmente no Pernambuco e na Paraíba, a partir de meados do século XX.

Considerações finais

Como se percebe, cada tempo e espaço requer uma forma diferente de educação, ou de ensino aprendizagem. Neste aspecto, vemos que cada cenário se encarrega de exigir as rupturas idealizadas para determinado contexto, seguindo os interesses daqueles que detêm o poder da educação, não sendo diferente para os integrantes dos movimentos camponeses espalhados pelo Brasil, iniciados por volta de meados do século XX. Neste caso, apenas com recurso explicativo, refiro-me ao poder dominante da educação pelo fato de acreditar que este é o meio mais eficaz de dominação.

Como vimos, a primeira ruptura na educação brasileira, apontada por Bello (2001), ocorreu quando os jesuítas empreenderam o ensino religioso aos nativos desta terra, mas esse processo só seria viável a partir da alfabetização dos mesmos. Ou seja, aquilo que valeu para as primeiras formas de ensino aprendizagem, há mais de 500 anos, continuaria valendo para as populações camponesas nordestinas do final do século XX. Nada melhor que conscientizar alfabetizando, percorrendo essa via de mão dupla, como defende Paulo Freire. Como também, nada melhor que fazer a aproximação da educação com o educando, utilizando recursos agradáveis, prazerosos, como tem sido apontada a



literatura de cordel. Enfim, foram estes os elementos que o cordel brasileiro disponibilizou às exigências do contexto, fazendo-se presente na história da educação do país, não só na segunda metade do século XX, mas desde o seu surgimento no final do século XIX.

Referências

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. et al. **Na memória da tradição: fontes de informação em literatura de cordel**. Campina Grande: EDUEPB; João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2016.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil**. 2007. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

BELLO, José Luiz da Paiva. Educação no Brasil: a história das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001.

CHARTIER, Roger. Leituras populares. In: **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003 [1995], p. 141-167.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GULLAR, **Romances de Cordel**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

JULIÃO, Francisco. Depoimento. **Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. 1982. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista101.pdf> - Acesso em: 01 agosto 2017.

LUCIANO, Aderaldo. **Apontamentos para uma História crítica do cordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Adaga; São Paulo: Ed. Luzeiro, 2012.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREGRINO, Umberto. **Literatura de Cordel em Discussão**. Rio de Janeiro: Presenças Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* Ditadura, Latifúndio e Misoginia na Paraíba. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara v.20 n.39 p.309-324 jul.-dez. 2015

SILVA, Reginaldo José da. A dinâmica da formação nas Ligas Camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento “Bença, Mãe”. **XXII Encontro de pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. Natal – RN: 2014.

SANTOS, Manoel Camilo dos. **Viagem a São Saruê**. Guarabira: s/d.

SOARES, José Francisco. **Direitos do Camponês: A base da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?p=184> - Acesso: 6 de julho de 2017 – site do Memorial das Ligas Camponesas.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br